

01 DEZ 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Governo não tem votos suficientes para aprovar a nova Previdência

Pelo menos 210 deputados alegam ser contra a reforma, aponta levantamento feito pela Folha

**308 votos**

favoráveis é quanto o governo precisa, em dois turnos na Câmara e no Senado, para aprovar a proposta

**Temer precisa de 308 votos em dois turnos na Câmara, mas apenas 38 parlamentares são favoráveis à proposta**

DE SÃO PAULO

DA COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O governo não tem os 308 votos favoráveis necessários para aprovar a reforma da Previdência, uma das principais bandeiras da gestão de Michel Temer.

O texto deve ir à votação na Câmara em primeiro turno na próxima quarta-feira (6).

Ao menos 210 parlamentares devem votar contra a proposta, de acordo com enquete feita pela **Folha** entre os dias 27 e 30 de novembro.

O número torna impossível a aprovação da proposta, que precisa de votação maciça por ser tratar de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

Apenas 38 deputados disseram ser favoráveis ao projeto tal como apresentado pelo governo Michel Temer. Outros 8 se disseram favoráveis parcialmente, divergindo da proposta em relação a itens como exigência de idade mínima e limitação para o acúmulo de pensões.

Há ainda 44 parlamentares indecisos, 14 que afirmaram que vão seguir a posição do partido e 97 que não quiseram responder a enquete. A reportagem não conseguiu localizar 101 deputados.

A proposta apresentada pelo governo, mais enxuta do que a original, estabelece uma idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres) para aposentadoria.

Outra exigência é de 15 anos de contribuição para trabalhadores do setor privado, como ocorre hoje, e de 25 anos para servidores públicos. Pela regra de cálculo proposta, serão necessários 40 anos de contribuição para receber 100% do benefício.

Nesta quinta-feira (30), o presidente da Câmara e aliado de Temer, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reconheceu que o governo está longe de alcançar os votos necessários para aprovação da proposta.

Um dos problemas é a posição do PSDB, que reivindicou três mudanças no projeto do governo: o acúmulo de pensão e aposentadoria até R\$ 5.531 (teto do INSS), manutenção da integralidade e

da paridade para servidores públicos e do valor do benefício por incapacidade permanente, seja ela causada por acidente dentro ou fora do ambiente de trabalho.

Entre a bancada tucana, 8 disseram que votarão contra a proposta, 5 que serão favoráveis e 2 que são parcialmente favoráveis. Outros 5 se disseram indecisos e 15 preferiram não se manifestar.

O partido deve fechar questão sobre a proposta na quarta-feira (6), quando as bancadas do Senado e da Câmara devem decidir a posição em reunião marcada pelo presidente interino da legenda, Alberto Goldman.

Situação parecida acontece no PMDB, partido de Temer: 10 deputados declararam voto contrário à reforma, 7 são favoráveis e 8 estão indecisos. Outros 16 não quiseram responder a enquete.

**CONTINUA**

01 DEZ 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## TEMOR

A resistência em apoiar a reforma deve-se à proximidade das eleições de 2018. Muitos deputados temem sofrer retaliações de seu eleitorado caso votem a favor de medidas impopulares, como a extinção da possibilidade de aposentadoria somente por tempo de contribuição.

As centrais sindicais, por exemplo, criticam as mudanças defendidas por Temer, que acusam de querer retirar direitos dos trabalhadores.

As entidades convocaram uma paralisação nacional contra o projeto para a próxima terça-feira (5), e prometem expor os deputados que apoiarem a PEC.

A possibilidade da reforma ser derrotada no Congresso já vem gerando apreensão entre investidores, intensificada com a posição do PSDB.

Para contornar a situação, o governo estuda barganhar com o Congresso. Uma das concessões em troca de apoio poderia ser a criação de um novo Refis (programa de parcelamento de dívidas) para microempresas e ruralistas — ainda que isso signifique perda de receitas para a União.

Temer deve ainda jantar com lideranças partidárias e ministros neste domingo para discutir a viabilidade da votação. (FERNANDA PERRIN, BRUNO HOFFMANN, CARLOS BOZZO JUNIOR, GÉSSICA BRANDINO, LETÍCIA NAÍSA, LUIZ FILIPE TAVARES, LUIZ GUILHERME GERBELLI)

CONTINUA

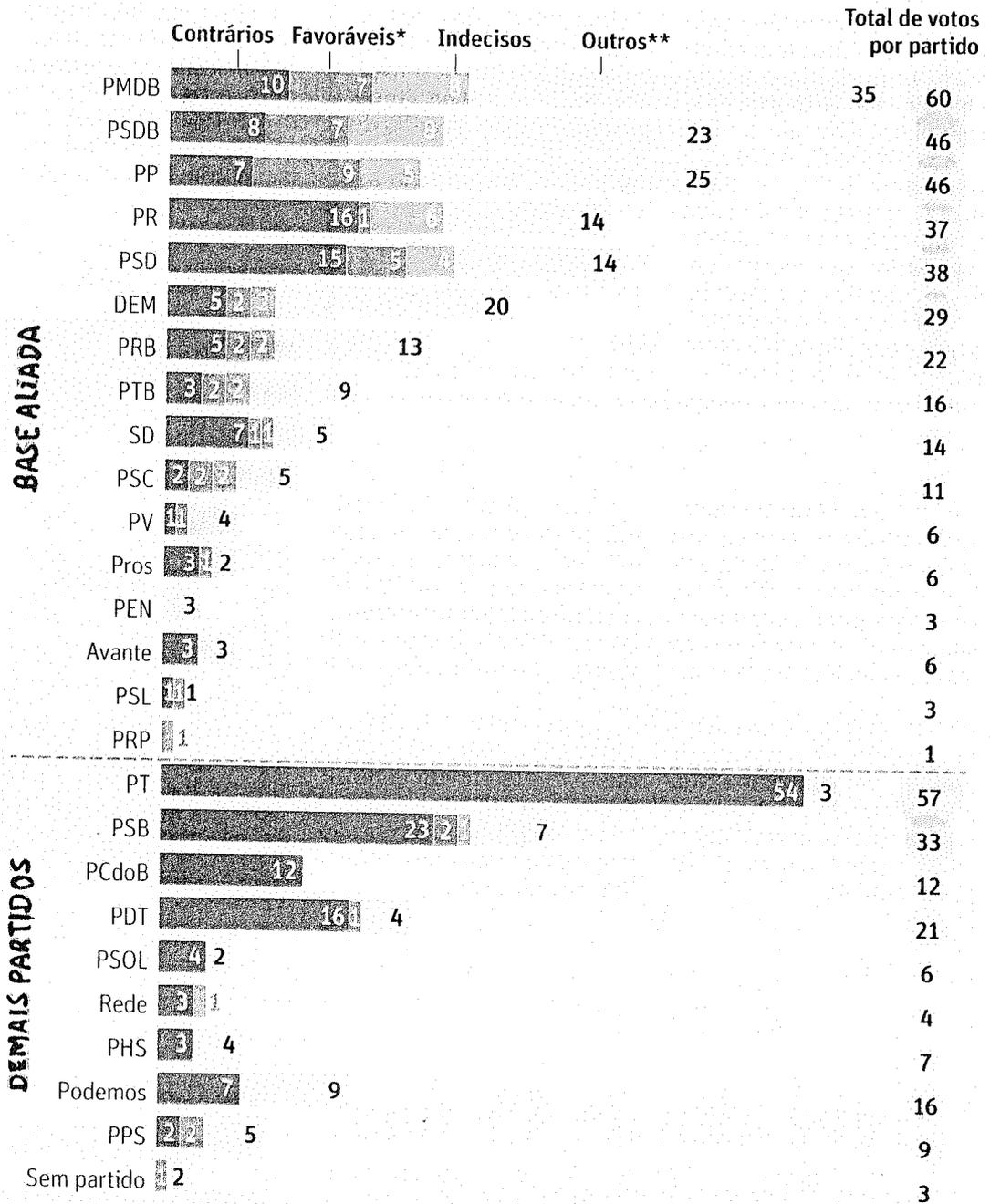
01 DEZ 2017

FOLHA DE S. PAULO  
CONTINUAÇÃO

FALTA APOIO

Mesmo base aliada manifesta voto contrário à reforma

DIVISÃO POR PARTIDO



CONTINUA

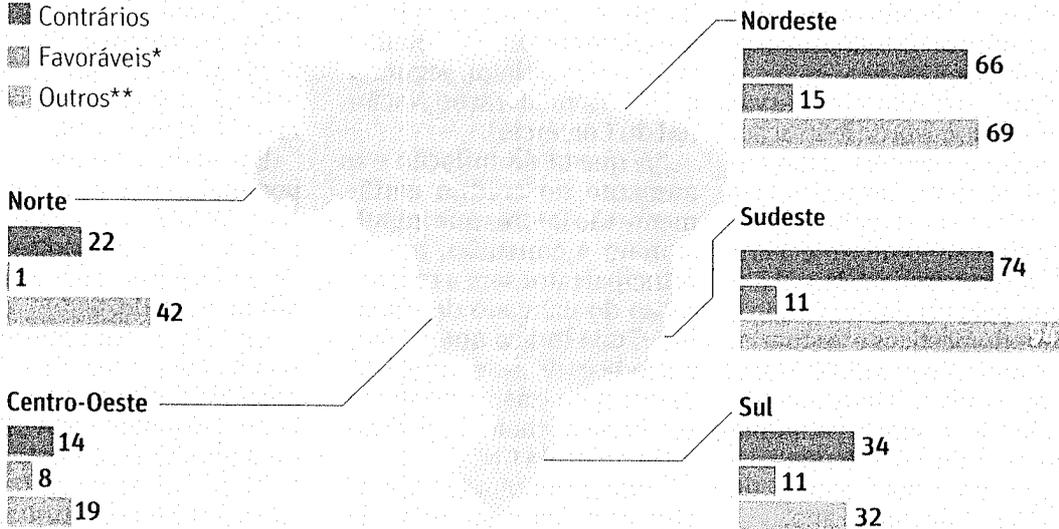
01 DEZ 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## DIVISÃO POR REGIÃO

- Contrários
- Favoráveis\*
- Outros\*\*



\*Inclui favoráveis total ou parcialmente à proposta \*\*Não quiseram responder, não foram encontrados ou pretendem seguir orientação do partido  
Fonte: Enquete feita pela Folha entre os dias 27 e 30 de novembro com 512 deputados em exercício (há 1 licenciado sem suplente)

## Justiça manda suspender propaganda

A juíza Rosimayre Gonçalves de Carvalho, da 14ª Vara Federal em Brasília, mandou suspender campanha de publicidade do governo que apregoa supostos benefícios e sustenta que a reforma da Previdência “combate privilégios”.

A magistrada sustenta que, em vez de conteúdo educativo, informativo ou de orientação social, como prevê a Constituição, as peças veiculadas apresentam-se como “genuína propaganda de opção política governamental”, que, de forma abusiva, desinforma e manipula a opinião pública sobre o tema. Ela argumenta também que há ofensa e desrespeito aos servidores públicos.

A AGU (Advocacia-Geral da União) informou que aguarda ser notificada para recorrer.

A campanha do governo, ao reforçar a importância da reforma para “combater privilégios”, diz que “tem muita gente no Brasil que trabalha pouco, ganha muito e se aposenta cedo”.

Em seguida, explica que “servidores públicos ou não terão regras equivalentes”. E assegura que, se as medidas passarem, o país terá “mais recursos para cuidar da saúde, da educação e da segurança de todos”. (FÁBIO FABRINI)

## PAINEL

**Carapuça** A decisão da Justiça Federal de derrubar a propaganda do governo pela reforma reforçou o argumento de parlamentares que temiam votar a proposta e ampliar, às vésperas da eleição, a antipatia do Judiciário com os políticos. A reforma atinge o funcionalismo.

01 DEZ 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Polêmica sobre recibos adia sentença de Lula para 2018

Ação sobre Instituto Lula com Moro também tem perícias pendentes

**Suspeito de ser laranja será novamente ouvido em dezembro; defesa de petista pleiteia acesso a sistemas da Odebrecht**

FELIPE BÄCHTOLL  
DE SÃO PAULO

Perícias e questionamentos vão adiar para 2018 a segunda sentença do juiz Sergio Moro sobre o ex-presidente Lula na Lava Jato.

O trâmite da ação penal em que o petista é acusado de receber propina da Odebrecht por meio da compra de um terreno para o Instituto Lula atrasou com uma discussão sobre a autenticidade de recibos de aluguel apresentados pela defesa e com pedidos de análise de materiais da delação da empreiteira.

Lula foi ouvido por Moro nesse processo no dia 13 de setembro. A fase de audiências com os réus foi finalizada uma semana depois. Em outros casos da Lava Jato, após o fim dessa etapa, o juiz costuma já fixar um prazo para a apresentação das alegações finais das partes — último passo antes da sentença.

No caso do triplex de Guarujá (SP), a sentença de Moro, que condenou Lula a 9,5 anos de prisão em julho, saiu dois meses após o depoimento do petista à Justiça.

A ação sobre o Instituto Lula inclui a acusação de que o ex-presidente usou dinheiro de propina da Odebrecht para comprar o apartamento vizinho ao que mora, em São Bernardo do Campo (SP). Para o Ministério Público, o imóvel foi adquirido por um laranja, Glaucos da Costamarques, que mais adiante não cobrou aluguel do ex-presidente pelo uso da unidade. O suposto laranja disse que só passou a receber pela locação em 2015.

Após ser cobrado publicamente por Moro em setembro, Lula apresentou um conjunto de recibos de locação assinados por Costamarques.

O Ministério Público, porém, levantou suspeitas sobre essa prova e abriu um procedimento paralelo à ação penal, chamado de incidente de falsidade criminal.

O trâmite desse caso paralelo afeta também a ação penal principal. Uma nova audiência de Moro com Costamarques e com um contador para tratar da suspeita de falsificação foi marcada apenas para 15 de dezembro.

Além disso, a defesa de Lula insistiu no acesso a sistemas eletrônicos de pagamentos ilegais da Odebrecht que foram encaminhados pela empresa em sua delação.

Moro disse que seria inviável tecnicamente fornecer cópias dos dois sistemas, mas

concordou em autorizar perícias em arquivos que possam ter relação com a ação penal. Os resultados dessas análises ainda não constam como anexados ao processo.

Além disso, o juiz federal pediu ao Supremo Tribunal Federal que partes da delação da Odebrecht fossem juntadas aos autos, mas ainda não houve resposta.

A ação foi aberta em dezembro de 2016 e teve uma longa fase de audiências, com mais de 60 depoimentos de testemunhas de defesa até julho. Em 20 de dezembro, os prazos processuais serão suspensos por um mês, com o recesso do Judiciário.

Uma eventual sentença no início de 2018 sairia já no começo da mobilização da campanha eleitoral, que começa oficialmente em agosto. Na prática, porém, o julgamento da ação do triplex no Tribunal Regional Federal (a segunda instância da Justiça Federal) deve ter consequências maiores sobre a eleição.

Ainda que seja condenado à prisão na ação, Lula pode recorrer em liberdade, caso o juiz mantenha o mesmo entendimento que adotou no primeiro processo.

**CONTINUA**

01 DEZ 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Já no julgamento do caso tríplex na segunda instância, Lula perderá seus direitos políticos caso a condenação seja confirmada pelos juizes da corte. A Lei da Ficha Limpa barra candidaturas de políticos condenados por um grupo de magistrados.

Pelo ritmo de julgamentos do tribunal regional, o caso tríplex deve ser decidido no primeiro semestre de 2018.

A procuradora Isabel Groba Vieira, da força-tarefa da Lava Jato, diz que o julgamento da ação do instituto levará em conta a questão dos recibos. Disse ainda que o juízo zela “pelo direito de defesa” e pelo devido processo legal e que ele poderá determinar diligências adicionais no caso.

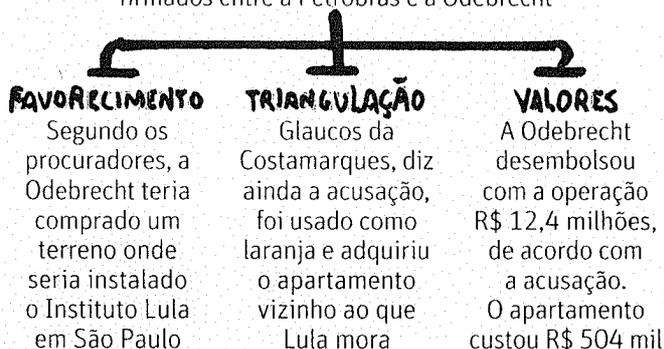
Para ela, “há fartas provas de que não existia locação” do apartamento e os recibos não tinham sido encontrados em buscas feitas em endereços do ex-presidente, em 2016.

### A AÇÃO PENAL CONTRA LULA

Processo é o segundo do ex-presidente com Moro

#### ACUSAÇÃO

Lula é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro em razão de contratos firmados entre a Petrobras e a Odebrecht



#### O que diz a defesa de Lula

O instituto nunca funcionou no terreno mencionado e o ex-ministro Antonio Palocci faz acusações apenas para conseguir firmar um acordo para sair da cadeia

01 DEZ 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Ex-secretário de Cabral ganha habeas corpus

ITALO NOGUEIRA  
DO RIO

O juiz federal Paulo Espírito Santo, do Tribunal Regional Federal do Rio, concedeu nesta quinta (30) habeas corpus para o ex-secretário da Casa Civil do Rio Régis Fichtner, preso há uma semana na Operação C'est fini. A liminar determina que ele se apresente a cada 60 dias à Justiça e o proíbe de sair do país.

Fichtner foi preso sob suspeita de receber dinheiro do esquema de Cabral. A contabilidade paralela de Luiz Carlos Bezerra, apontado como o responsável por recolher e distribuir o dinheiro da organização criminosa, indica que R\$ 1,6 milhão foram repassados a Fichtner —sob os apelidos de “Alemão” e “Gaúcho”.

O ex-secretário nega as acusações. Em nota, a defesa afirma que ele “nunca recebeu recursos indevidos ou vantagem financeira de quem quer que seja e sempre pautou sua vida pessoal e profissional pela ética e respeito às leis”.

Espírito Santo afirmou que o depoimento de Bezerra atribuindo os recursos a Fichtner apontam “indícios da participação no esquema criminoso”.

Mas, segundo o magistrado, as “declarações não podem ser suficientes para fazer recair sobre o paciente uma medida cautelar processual, tampouco a medida extrema da prisão, sendo necessária a demonstração de outros elementos que as corroborem”.

### Ministra do STJ nega pedido de deputado preso para voltar à Câmara

DE BRASÍLIA - A ministra Maria Thereza de Assis, do STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou pedido do deputado Celso Jacob (PMDB-RJ) para voltar a trabalhar.

Ele foi condenado em maio pelo STF (Supremo Tribunal Federal) a cumprir regime semi-aberto. Na semana passada, o TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal) revogou seu direito de trabalhar como parlamentar, depois que ele tentou entrar no presídio da Papuda (DF) com dois pacotes de biscoito e um queijo provolone escondidos na cueca.

Para a ministra, a questão precisa ser analisada de maneira mais profunda e por um colegiado.

De acordo com a defesa do deputado, “não há incompatibilidade entre o cargo eletivo e a condenação imposta porque os fatos pelos quais foi condenado ocorreram há mais de 14 anos e não têm qualquer relação com o atual cargo”, uma vez que a sentença não impôs perda do mandato.

### MÔNICA BERGAMO TETO ELEITORAL

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) bateu o martelo: vai implantar o voto impresso em apenas 30 mil urnas eleitorais em 2018.

#### TETO 2

Apesar dos protestos, a corte concluiu definitivamente que não tem como fazer frente a gastos de mais de R\$ 2 bilhões para comprar 600 mil urnas que imprimam os votos, como seria necessário.

# FOLHA DE S. PAULO

RUY CASTRO

01 DEZ 2017

## Seu ilustre representante

**RIO DE JANEIRO** - O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal, responsável pelo enjaulamento de Sérgio Cabral, descreveu outro dia a diferença entre a condenação de um político corrupto e de um empresário idem. “Os políticos corruptos são parasitas, não têm vida própria”, disse. “Um empresário [...] consegue se reerguer. Mas o político sem poder morre de fome”.

Imagino que o juiz tenha se referido à maior ou menor capacidade desses elementos de, cumpridas suas condenações, retomar uma vida profissional fora do crime e da política. Marcelo Odebrecht, por exemplo, formou-se em engenharia civil e deve saber tudo de construção pesada, indústria petroquímica e engenharia ambiental. Mas meteu-se em sinistros projetos governamentais, com o dinheiro da Petrobras e do BNDES, e a Lava Jato o pegou. Fora das grades, no entanto, Odebrecht talvez consiga limpar seu nome e o de sua empresa.

Já os membros dos nossos Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, em grossa maioria, só se sustentam porque, depois de uma eleição paroquial que lhes conferiu um mandato de vereador ou coisa assim, promoveram-se a federais e se colocaram em posição de encaminhar projetos de poderosos das várias áreas, por um dinheiro nunca sequer sonhado. Falando português claro, sua função na política é esta: lesar, digo, usar o país em proveito próprio.

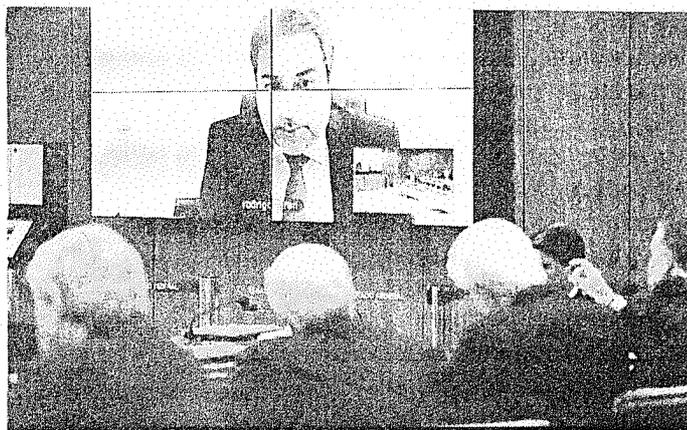
Como passam três dias em Brasília e os demais em seus grotões, nunca se livraram da craca provinciana. Há pouco, um deles confundiu a proclamação da República com o grito da Independência; outro chamou Bertold Brecht de Bertoldo Brecha — e não os veja como exceções. Muitos mal sabem ler. Mas são bons de negociatas e protegidos pelo foro privilegiado.

Bretas tem razão. Tire o poder de um desses gajos e descubra quem você elegeu para representá-lo.

01 DEZ 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Advogado ligado à Odebrecht diz que Miller fazia delação 'a la carte'



*Em depoimento por videoconferência à CPI da JBS, Rodrigo Tacla Duran afirmou que ex-procurador tentou negociar com ele seu acordo de colaboração premiada*

**Renan Trutti**  
Agência Estado

**Brasília** - Em depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da JBS, o advogado Rodrigo Tacla Duran acusou o ex-procurador Marcello Miller de preparar "delações a la carte". Duran contou aos parlamentares, nessa quinta-feira (30), em videoconferência, que Miller tentou negociar com ele seu acordo de colaboração premiada e o incitou a dizer quais políticos e autoridades públicas poderia entregar.

"Quando estive comigo, Marcello Miller começou a listar parlamentares. Ele começava a falar nomes de políticos, autoridades estatais: 'Qual deles o senhor conhece? Qual o senhor pode entregar?'" , afirmou antes de criticar a conduta do Ministério Público Federal na Operação Lava Jato. "Indústria da

delação porque estão fechando processos penais batendo carimbo, sem investigar. Esse é o sentido da indústria da delação", afirmou.

Duran foi convocado para depor à CPMI porque é apontado como operador de propinas da Odebrecht. Ele teria trabalhado a favor da empresa ainda enquanto ocupava o cargo no Ministério Público Federal (MPF). O advogado tem um pedido de prisão expedido pelo juiz Sérgio Moro, mas se mantém em liberdade na Espanha, onde vive atualmente. Por causa do pedido feito pelo magistrado, Tacla Duran foi alvo de um pedido de extradição para o Brasil, o que foi negado por autoridades espanholas.

Como adiantou o jornal O Estado de S. Paulo, Duran também afirma ter participado de uma reunião com integrantes da Lava Jato, em Curitiba, na qual o ex-procurador

Miller pediu a ele que gravasse uma conversa com advogados da Odebrecht. Segundo ele, o pedido de Miller teria ocorrido durante uma das reuniões para negociar um acordo de colaboração premiada. Ele não especifica a data desse encontro.

"Eu fui convocado por uma reunião na Odebrecht e quando comuniquei isso (aos procuradores), Marcello Miller sugeriu: 'então vai lá e grava'. Neste momento o (procurador) Sérgio Bruno disse para eu escutar a reunião e contar pra eles".

**CONTINUA**

**01 DEZ 2017**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **CONTINUAÇÃO**

Em seu primeiro depoimento à CPMI, concedido aos deputados Paulo Pimenta (PT-RS) e Wadhi Damous (PT-RJ), na Espanha, o advogado disse ainda que Miller e Sérgio Bruno, os dois à época integrantes do grupo de trabalho da Lava Jato na Procuradoria-Geral da República, participaram de algumas reuniões de negociação do acordo porque havia “interesse” em saber se ele “tinha alguma informação ou situações que envolvessem pessoas com foro privilegiado”.

Tacla Duran se recusou a entrar no acordo de delação que envolveu 77 executivos ligados à empreiteira. O advogado é acusado de operar, ao lado de executivos do departamento de propinas da Odebrecht, propinas de dois contratos firmados pelos consórcios Pipe Rack e TUC, integrados pelas empresas Odebrecht e UTC, com a Petrobrás para a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

0 1 DEZ 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Rosinha Garotinho livre**

A ex-governadora do Rio Rosinha Garotinho (PR) deixou a cadeia na madrugada dessa quinta-feira (30). O Tribunal Regional Eleitoral do Rio decidiu em sessão plenária na quarta-feira (29) manter a prisão preventiva do ex-governador do Rio Anthony Garotinho (PR) e determinou o monitoramento eletrônico de Rosinha. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) informou que Rosinha deixou a cadeia com tornozeleira eletrônica. Na saída, além de uma sacola Rosinha foi vista carregando um ventilador. O casal havia sido preso preventivamente em 22 de novembro por decisão do Juízo da 98ª Zona Eleitoral, de Campos dos Goytacazes. Garotinho é acusado de receber uma doação simulada ilegal de R\$ 3 milhões para sua campanha eleitoral em 2014. No caso de Rosinha, há evidências concretas de condutas ofensivas às investigações perpetradas por outros membros da organização.

#### **Mais um solto**

O juiz federal Paulo Espírito Santo, do Tribunal Regional Federal do Rio, concedeu nessa quinta-feira (30) habeas corpus para o ex-secretário da Casa Civil do Rio Régis Fichtner, preso há uma semana na Operação C'est fini. A liminar determina que ele se apresente a cada 60 dias à Justiça e o proíbe de sair do país. A decisão não foi tomada pelo relator da Lava Jato no TRF, o juiz federal Abel Gomes. Ele se declarou impedido por manter relações de amizade com familiares do suspeito. Fichtner foi preso sob suspeita de receber dinheiro do esquema de Cabral. A contabilidade paralela de Luiz Carlos Bezerra, apontado como o responsável por recolher e distribuir o dinheiro da organização criminosa, indica que R\$ 1,6 milhão foram repassados a Fichtner -sob o apelido de "Alemão" e "Gaúcho". Ele nega as acusações.

#### **Deputados seguem presos**

O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), negou ontem habeas corpus ao presidente da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), Jorge Piccioni, afastado do cargo, e ao deputado estadual Paulo Melo, ambos do PMDB e presos pela Lava Jato. Ao negar os pedidos de soltura, Toffoli entendeu que não houve flagrante ilegalidade ou abuso de poder na prisão dos peemedebistas. Ele destacou ainda que o mérito da questão deve ser analisado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) antes de chegar ao Supremo.

01 DEZ 2017  
FOLHA DE LONDRINA



# PGR arquiva investigação contra Richa e Francischini

Governador ficou isento de culpa pela "Batalha do Centro Cívico"

\* A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, determinou o arquivamento do pedido de abertura de investigação contra o governador Beto Richa (PSDB) e o ex-secretário de Segurança Pública, deputado federal Fernando Francischini (SD), pelos confrontos entre policiais e manifestantes no Centro Cívico, em Curitiba, em 29 de abril de 2015, durante a votação pela Assembleia Legislativa de mudanças no fundo de previdência dos servidores públicos estaduais, que acabou com mais de 200 feridos.

O pedido havia sido apresentado pelo Ministério Público (MP) do Paraná, que apontou supostos indícios de abuso de autoridade e cerceamento do direito de reunião, além de excessos da PM na ação. Como Richa e Francischini têm direito a foro privilegiado, o caso foi analisado pela PGR.

Dodge afirmou não ver indícios de ilegalidade na ação, da juíza Patricia de Almeida Gomes Bergonse, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, que em agosto rejeitou ação civil pública do MP por improbidade administrativa contra o governador e o ex-secretário, além do ex-comandante da PM, Cesar Kogut e outros oficiais da PM. Ela também citou relatório do Inquérito Policial Militar da própria corporação que apontou que a ação foi legal. ●



Divulgação

## Justiça suspende decisão que limitava Guarda Municipal

\* A Justiça deferiu liminar na ação popular de autoria do deputado federal Dele-gado Francischini, que suspende a decisão da Defensoria Pública dos Direitos Humanos, que impedia a Guarda Municipal de Curitiba de realizar patrulhamento nas ruas, de abordar suspeitos de crimes, do direito ao porte de arma de fogo e de proteger a população.

De acordo com o documento, a decisão imposta pela Defensoria Pública, atropela a competência do poder municipal de decidir sobre as atribuições da Guarda, além de ter caráter "coercitivo indireto", isto é, o risco de dano decorre da possibilidade de os Agentes Públicos municipais se sujeitarem a eventuais sanções, caso ignorem as recomendações e, por uma outra perspectiva, da possibilidade de a Guarda Municipal curitibana ser compelida a não cumprir sua missão institucional. ●

01 DEZ 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Supremo decide dia 13 se Joesley permanece preso

O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá decidir no próximo dia 13 de dezembro se mantém as prisões do empresário **Joesley Batista** (foto), dono da J&F, e de Ricardo Saud, executivo do grupo. Joesley e Saud fecharam acordo de delação premiada com a Procuradoria Geral da República (PGR) no âmbito da Operação Lava Jato, mas em setembro eles foram presos por suposta omissão de informações nos depoimentos.

A PGR suspeita que eles omitiram a informação de que o ex-procurador da República Marcello Miller os teria orientado, enquanto ainda integrava o Ministério Público, nas negociações com o órgão para fechar o acordo de delação. Diante disso, as delações de Joesley e de Saud foram suspensas pela PGR. Joesley e Saud já recorreram contra a prisão, mas Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no STF, decidiu submeter a palavra final ao plenário da Corte – onde deverão votar os 11 ministros. ■



### Justiça determina prisão de policiais ligados ao tráfico

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decretou a prisão preventiva de 36 pessoas apontadas em uma denúncia feita pelo Ministério Público como integrantes de um esquema de facilitação ao tráfico de drogas em São José dos Campos (SP). Entre os nomes que tiveram a prisão preventiva decretada estão 30 policiais civis que atuam na cidade.

O processo corre em segredo de justiça. Os

acusados ainda não foram notificados para apresentar defesa no processo e podem recorrer da decisão. Os policiais envolvidos no caso atuam nas delegacias do 3º DP, 7º DP, Dis (narcóticos) e DIG (que investiga crimes com autoria desconhecida). Além deles também tiveram a prisão decretada uma advogada, um ex-policia civil e quatro pessoas apontadas como traficantes pelo Ministério Público. ●

### Fora do Facebook

A advogada Rosângela Wolff Moro, casada com o juiz federal Sérgio Moro, divulgou nesta quinta-feira (30) que vai retirar do ar a página que mantém no Facebook em apoio ao marido. O espaço intitulado "Eu MORO com ele" foi aberto em março de 2016 e servia para concentrar mensagens de admiradores do magistrado nas redes sociais. A página também foi usada pelo próprio juiz para agradecer o apoio da população ao trabalho exercido por ele à frente dos processos da Operação Lava Jato.

01 DEZ 2017

# BEMPARANÁ

#129 DE ABRIL

## PGR arquiva pedido de investigação

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, determinou o arquivamento do pedido de abertura de investigação contra o governador Beito Richa (PSDB) e o ex-secretário de Segurança Pública, deputado federal Fernando Francischini (SD), pelos confrontos entre policiais e manifestantes no Centro Cívico, em Curitiba, em 29 de abril de 2015, durante a votação pela Assembleia Legislativa de mudanças no fundo de previdência dos servidores públicos estaduais, que acabou com mais de 200 feridos. O pedido havia sido apresentado pelo Ministério Público (MP) do Paraná, que apontou supostos indícios de abuso de autoridade e cerceamento do direito de reunião, além de excessos da PM na ação. Como Richa e Francischini tem direito a foro privilegiado, o caso foi analisado pela PGR.

Dodge afirmou não ver indícios de ilegalidade na ação, da juíza Patricia

de Almeida Gomes Bergonse, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, que em agosto rejeitou ação civil pública do MP por improbidade administrativa contra o governador e o ex-secretário, além do ex-comandante da PM, Cesar Kogut e outros oficiais da PM. Ela também citou relatório do Inquérito Policial Militar da própria corporação que apontou que a ação foi legítima.

“Os elementos colhidos nessa investigação não são suficientes para indicar conduta contra o direito de reunião pelas autoridades policiais e pelos detentores de foro funcional, ou de intenção deliberada de provocar lesões corporais nos manifestantes”, afirma ela no despacho. “No detalhado relatório policial do IPM consignou-se que, no início da manifestação, o clima entre manifestantes e policiais era amistoso, não se verificando cerceamento ao direito de reunião”, alegou a procuradora.

**Avanço** - Na avaliação de Dodge, o confronto teria sido motivado pelo avanço dos manifestantes sobre os policiais. “Constatou-se que o início do enfrentamento decorreu do avanço dos manifestantes sobre os gradis de isolamento após um caminhão de som anunciar o início da votação do projeto de lei”, apontou. “Constatou-se, inclusive, que a ação policial promovida a dispersão momentânea da multidão, havendo recuo da tropa, e, em seguida, ocorria novo avanço dos manifestantes, levando a tropa a promover nova dispersão. Esse ciclo durou cerca de duas horas, demonstrando que a força policial foi usada na medida da necessidade, no estrito cumprimento do dever legal”, disse a procuradora. “Assim não há embasamento mínimo para deflagrar medidas investigativas, nem justa causa para instaurar inquérito em decorrência dos fatos narrados”, concluiu Dodge.

### Demissão

A Promotoria de Justiça de Morretes (Litoral) emitiu recomendação para que a prefeitura da cidade demita imediatamente nove servidores comissionados em situação irregular. Segundo o Ministério Público, os comissionados foram contratados para prestar serviços na Secretaria de Saúde mas estavam em outros departamentos, exercendo funções não compatíveis com direção, chefia e assessoramento, como exige a lei.

### 'Fantasmas'

O MP apurou ainda que, dos nove servidores, dois não estariam efetivamente prestando serviços, o que caracterizaria a existência de “servidores fantasmas” na secretaria. A Promotoria informou que a investigação se estenderá a todos os órgãos a prefeitura, havendo inclusive possibilidade de responsabilização cível e criminal dos envolvidos.

## Violência contra a mulher

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil apresentou, em média, 12 assassinatos e 135 estupros de mulheres por dia em 2016. Foram registradas mais de 4.500 mortes violentas e 49 mil estupros de mulheres, sendo que a maioria desses casos é relacionada com violência doméstica, ou seja, dentro do âmbito familiar.

O Fórum ainda aponta que apenas em 11% dos casos foram feitas denúncias na delegacia da mulher, um número muito pequeno e que demonstra que ainda impera uma cultura do silêncio em relação a este tipo de violência. Infelizmente é perceptível que muitas vítimas desistem de proceder com a denúncia por não acreditarem na penalização do agressor, por medo, desconhecimento de seus direitos ou até mesmo por acreditarem que foram culpadas pelo ato.

A realidade atual é que as mulheres vivem em uma sociedade de constante medo e expostas a situações que violam seus direitos básicos, deixando sequelas físicas e psicológicas que irão carregar por toda a vida, isso quando não levam a um desfecho fatal.

Atualmente o Brasil é considerado o quinto país mais violento contra mulheres no ranking da Organização das Nações Unidas (ONU) e não há dúvidas que é preciso novas iniciativas para melhorar os índices e promover a garantia de direito das mulheres.

As mudanças envolvem toda a sociedade, mas cabe ao poder público assumir um papel de protagonista no desenvolvimento de ações preventivas, informativas e protetivas junto à população e vítimas. Dessa forma é preciso fortalecer a disseminação de informações a respeito das diferentes formas de violência, orientar sobre os procedimentos de denúncia, maior

seriedade nas punições aos agressores e promoção de uma rede de atendimento que garanta a segurança das mulheres para saírem do cenário de violência.

Nesse sentido, o governo do Paraná iniciou neste sábado (25) a campanha "Você pode mais", que visa fortalecer o trabalho de combate a violência contra a mulher por meio de ações que abordam os direitos e buscam reforçar a autoestima das mulheres. Em uma iniciativa pioneira, foi lançado em conjunto um dispositivo de segurança preventivo como forma de garantir a proteção de mulheres em situação de risco, sob medida protetiva judicial, que aciona a Guarda Municipal em caso de emergência.

São políticas inovadoras que reforçam o trabalho na área desenvolvido no Paraná, que é o segundo estado que mais reduziu mortes de mulheres de forma violenta, com uma queda de 30,2% entre 2010 a 2015, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A mudança do cenário de violência contra a mulher exige políticas públicas sérias e em constante evolução, bem como ações em conjunto com entidades e iniciativas privada que ampliem a capilaridade dos programas e campanhas. Dessa forma, gradativamente, poderemos alcançar uma sociedade em que as mulheres não irão precisar mais viver com medo e condizente com o país que tanto desejamos.

**Marcello Richa é presidente do Instituto Teotônio Vilela do Paraná (ITV-PR)**

---

A mudança do cenário de violência contra a mulher exige políticas públicas sérias e em constante evolução, bem como ações em conjunto com entidades e iniciativas privada que ampliem a capilaridade dos programas e campanhas

---

01 DEZ 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### STJ mantém proibição de trabalhar a deputado federal preso

A ministra Maria Thereza de Assis Moura, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), rejeitou um pedido de liminar (decisão provisória) para que o deputado Celso Jacob (PMDB-RJ), que cumpre pena de prisão em regime semiaberto, possa retomar suas atividades parlamentares.

Na semana passada, a Terceira Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) revogou, por unanimidade, a autorização para que Jacob exercesse suas funções na Câmara.

Atendendo a recurso do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF), os desembargadores do TJDFT entenderam que o deputado não tem os requisitos que autorizam a concessão do benefício. Isso porque Jacob foi flagrado, no último dia 19, tentando entrar no Complexo Penitenciário da Papuda, onde cumpre pena, com queijo provolone e biscoitos na cueca.

### País deve acabar com a hipocrisia ao tratar questões penitenciárias, diz Moraes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes disse ontem que é preciso tratar as questões penitenciárias como de segurança pública e acabar com a hipocrisia no tratamento desses assuntos, para avançar na melhoria do sistema prisional do país. "O Brasil, por algum motivo, deixou escapar que questão penitenciária é

questão de segurança pública, sem essa interligação. Quando sabemos que não, porque as lideranças penitenciárias [de organizações criminosas] continuam sendo lideranças externas", disse.

Moraes defendeu a descentralização do sistema prisional, mas criticou os municípios que dificultam a construção de presídios em suas áreas.

### BERNARDO BITTENCOURT Oposição vai à Justiça contra os "superpoderes"

A bancada da oposição na Assembleia Legislativa do Paraná foi à Justiça para barrar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição que dá "superpoderes" aos secretários estaduais.

De autoria dos deputados Ademar Traiano e do líder do governo, Luiz Claudio Romanelli, a PEC propõe a inclusão na Constituição do Paraná de uma autorização para que o governador do Estado, mediante decreto, possa delegar aos secretários de Estado, ao procurador-geral de justiça e ao procurador geral do Estado as atribuições de organização e funcionamento da administração estadual, inclusive, poderes para extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

Os deputados da oposição alegam o vício de iniciativa por parte do Poder Legislativo. A ação, com pedido de liminar, foi assinada pelos deputados Nereu Moura, líder da bancada do PMDB e Tadeu Veneri (PT), líder da bancada da oposição, Ademir Bier, Anibeli Neto, Requião Filho, Professor Lemos e Péricles de Melo.

01 DEZ 2017

# TRIBUNA DO PARANÁ

## ARQUIVADA

A procuradora-geral da República, Rachel Dodge, determinou o arquivamento do procedimento que tratava de supostos delitos cometidos pelo governador do Paraná, Beto Richa, e pelo deputado federal Fernando Francischini, ex-secretário de Segurança Pública do tucano, durante manifestação de servidores públicos, especialmente professores, em 29 de abril de 2015, contra mudanças no fundo de previdência propostas pelo Palácio Iguazu. O episódio ficou conhecido como Batalha do Centro Cívico.

## AÇÃO

O Ministério Público (MP) do Paraná denunciou 29 pessoas por corrupção e fraudes em licitações realizadas pela prefeitura de Itaperuçu, município com cerca de 26 mil habitantes na Região Metropolitana de Curitiba. Entre os denunciados estão o ex-prefeito Neneu Artigas (PDT), que governou a cidade entre 2013 e 2016. Além de Artigas, também foram denunciados seis vereadores da legislatura anterior. Dos ex-parlamentares denunciados, apenas Pio Moraes (PP) ocupa uma cadeira na atual legislatura.